

O continuísmo não democrático no Brasil¹

Tito Galvanin Neto²

Resenha do livro:

REZENDE, Maria José de. *A política brasileira entre as décadas de 1970 e 2000 – A interpretação sócio-histórica de Raymundo Faoro*. Rio de Janeiro: E-papers serviços editoriais Ltda, 2015. ISBN 978-85-7650-483-2

¹  Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

² Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: titorede@gmail.com.

A obra *A política brasileira entre as décadas de 1970 e 2000 – A interpretação sócio-histórica de Raymundo Faoro*, de Maria José de Rezende³, é composta por uma coletânea de textos publicados em periódicos científicos nos quais a autora analisa os procedimentos políticos cotidianos e a interpretação de Raymundo Faoro ao longo de mais de 30 anos (1970 a 2000). O método utilizado por Rezende é o analítico documental, a partir do qual examina os escritos de Faoro publicados pelos veículos de comunicação nacional, tais como: *IstoÉ/Senhor*, *Carta Capital*, *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *Pasquim*, entre outros. Com efeito, a proposição intelectual da obra é esmiuçar processualmente a interpretação sócio-histórica de Raymundo Faoro acerca das noções de autoritarismo estamental e de patrimonialismo vigentes nas práticas, valores e atitudes nos processos políticos do país.

1. Método

A primeira contribuição diz respeito à questão metodológica para o estudo de documentos, subsídio relevante para os objetos abarcados pelas Ciências Sociais, pois a análise documental colabora no âmbito dos estudos qualitativos como método que possibilita compreender e produzir o conhecimento científico de determinados recortes da realidade social. Logo, o documento escrito constitui uma fonte preciosa para todo pesquisador das Ciências Sociais, pois permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social (Cellard, 2012).

Rezende utiliza-se de artigos, entrevistas, escritos e textos publicados na grande imprensa desde a década de 1970 até o início dos anos 2000 com o intuito de analisar o pensamento de Raymundo Faoro e sua ação política cotidiana; uma das referências metodológicas é Tim May (2004), conforme explica a autora:

³ Possui doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1996), mestrado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1991) e graduação em pela Universidade Estadual de Londrina (1985). Atualmente é professora associada da Universidade Estadual de Londrina. Tem experiência na área de Sociologia brasileira, Sociologia Política, Teoria Sociológica clássica e contemporânea, Sociologia do desenvolvimento com ênfase em Sociologia Brasileira, atuando principalmente nos seguintes temas: democracia, autoritarismos e ditaduras, desigualdades, Estado, mudança social e governo, organismos internacionais, desenvolvimento humano. Desenvolve, atualmente, pesquisas sobre Teoria Social e política brasileira, Organismos internacionais, Desenvolvimento Humano, Padrão de intervenção do Estado na área social e democracia. Membro da Rede Iberoamericana para o estudo de políticas sociais na América Latina. Rede formada, em São José da Costa Rica em 2008, por pesquisadores de diversos países da América Latina (México, Brasil, Argentina, Chile, Venezuela).

São esses artigos tomados como documento porque eles explicitam, conforme afirma Tim May, a sedimentação de determinadas práticas sociais, daí o seu papel não só de informar, mas também de tentar interferir nas decisões que os grupos sociais tomam cotidianamente (Rezende, 2015, p. 105).

Na pesquisa documental a interpretação deve ser a de que os documentos não existem isoladamente e precisam ser situados em uma estrutura teórica e contextual para que o seu conteúdo seja entendido, pois ela, a pesquisa documental, “[...] reflete um espectro muito amplo, tanto da perspectiva, como de fonte de pesquisa” (May, 2004, p. 229).

A pesquisa proposta na obra lança mão, além do mais, do processo de *reinterpretação* documental com a finalidade de realizar uma *reconstrução criativa* do sentido e explicar o que é dito ou representado nos materiais de Raymundo Faoro publicados. Segundo Thompson (1999), a *reinterpretação* abandona o senso comum e a superficialidade, assumindo a hermenêutica em profundidade, a qual deve ser utilizada não como uma alternativa a outros métodos de análise de formas simbólicas e ideológicas já existentes, mas sim como um referencial metodológico geral, dentro do qual alguns desses métodos podem ser situados e correlacionados entre si (Gomes, 2006, p. 12).

Rezende utiliza-se das fases *sócio-histórica* e *discursiva*⁴, nas quais busca avaliar as situações espaço-temporais, os campos de interação, instituições sociais, a narrativa dos documentos e toda a estrutura social envolvida em meio às profundas transformações que ocorreram entre as décadas de 1970 e 2000.

Portanto, a obra assume a hermenêutica em profundidade estudada por Thompson, no sentido em que as fases (*sócio-histórica* e *discursiva*) possibilitaram a *interpretação* (ou *reinterpretação*) do mundo social no qual Faoro estava inserido, construindo saberes de potencial crítico e fomentando o sentido emancipatório e democrático do pensamento de Raymundo Faoro.

2. Tese do Livro

⁴ Thompson (1999) considera que na hermenêutica em profundidade deve prevalecer o estudo *sócio-histórico*, o *discursivo* e o da *interpretação* que forneçam subsídios ao problema sociológico levantado.

O livro está estruturado em 13 capítulos⁵, tendo períodos políticos no Brasil como pano de fundo para o debate proposto na obra. Esses períodos são: a Distensão Política (1973-1979), a Abertura Política (1980-1985), a Nova República (1985-1989), a Assembleia Constituinte (1986-1988), as Eleições Presidenciais de 1989 e o Brasil da década de 90.

M.J. de Rezende (2015, p. 11) aborda as teses reiteradas por Raymundo Faoro em *Os Donos do Poder*, em especial, a “[...] de que todos os processos políticos, no Brasil, rapidamente sucumbem a uma mesma lógica pautada na falta de transparência administrativa, na exclusão e na prevalência de procedimentos autoritários”.

A obra não só esmiúça o pensamento de Faoro como apresenta aproximações com outros autores do pensamento social e político brasileiro, especialmente aqueles que constataram a ausência de um projeto inclusivo de nação no Brasil (Rezende, 2015, p. 257-8). Tais autores, cada um ao seu modo, são trazidos à tona por Rezende para dialogar com as teses de Raymundo Faoro, são eles: Euclides da Cunha, Silvio Romero, Manoel Bomfim, Fernando de Azevedo, Celso Furtado entre outros. Portanto, o pensamento político e social brasileiro está em toda a estrutura da obra, ora dialogando com Faoro, ora com a autora.

Entre outros aspectos, Rezende demonstra que, para Faoro, as dificuldades de construção de um projeto de nação que contemplasse um padrão de organização social e de domínio político democrático e inclusivo, estavam sujeitas à perpetuação das exclusões sociais e políticas. Perpetuação, denominada por Faoro de “o segredo da velhice eterna”, que tem em sua essência o rechaçamento da participação popular e está

⁵ Os capítulos são: 1º O processamento da vida política brasileira no final da década de 1970; 2º Os dilemas da transição política no Brasil no ano de 1980; 3º Os continuísmos na política brasileira, verificados nos procedimentos em voga no ano de 1981; 4º O início do processo de “abertura” política e as dificuldades de desmontar as práticas autoritárias no Brasil; 5º A lógica autoritária do regime militar e os cálculos para controlar a democratização; 6º A liberalização, as Forças Armadas e os impasses postos pelas questões militares; 7º O governo Sarney expondo o malogro da transição política brasileira; 8º Os desafios da transição política brasileira nos anos de 1989 e 1990; 9º Os procedimentos não democráticos do governo Collor e a política brasileira nos anos de 1991 e de 1992; 10º A substancialidade dos procedimentos oligárquicos no Brasil entre 1995 e 1998; 11º Globalização, impasses econômicos e dificuldades políticas no Brasil no final da década de 1990; 12º O limiar do século XXI e as dificuldades de superação das práticas não democráticas no Brasil; 13º Por que “a história da democracia ainda não começou” no Brasil?.

assentado na cultura patrimonial de domínio estamental⁶. Segundo Faoro, é justamente essa cultura patrimonial que sustenta e mantém:

[...] a ética do favor, o clientelismo e a corrupção [...]. O patrimonialismo é responsável pelo fracasso das revoluções, pelo aniquilamento das demandas populares, pelo aborto das insurreições democráticas. É ele, o patrimonialismo, com suas redes de amizades, de tolerâncias, de favores e de compadrios o responsável pela permanente tomada do poder e do governo no Brasil” (Bahia, 2003, p. 1 *apud* Rezende, 2015, p. 166).

No decorrer da obra, com efeito, evidencia-se que para Faoro a possibilidade de coibir as práticas baseadas na oligarquia, na autocracia e no autoritarismo, já perpetuados no país, dar-se-ia através de uma sociedade civil organizada balizadora das ações dos dirigentes e, sobretudo, construindo “[...] espaços públicos por onde se empreendessem ações reivindicadoras de um Estado de direito democrático” (Rezende, 2015, p. 57).

2.1 Enfrentamento à crítica a-histórica sobre Faoro

O conceito de patrimonialismo, central na estrutura de análise de Raymundo Faoro, foi introduzido no campo das ciências sociais através de Max Weber “[...] para caracterizar uma forma específica de dominação tradicional” (Schwartzman, 2006, p. 1). Desde então, o conceito tem gerado inúmeros embates e posicionamentos, aos quais os cientistas contemporâneos têm associado a outros termos como “clientelismo” e “populismo” que se opõem, então, às formas mais racionais, democráticas e modernas de gestão pública (Schwartzman, 2006).

Há uma disputa interpretativa acerca das formas que Faoro utilizava os conceitos weberianos para refletir sobre a realidade brasileira. Schwartzman, compartilha daqueles autores que advogam em favor da a-historicidade na interpretação do fenômeno patrimonialista feita por Faoro, segundo ele (Schwartzman):

[...] Raymundo Faoro (Faoro, 1958), entende o patrimonialismo como um elemento da cultura herdada dos colonizadores portugueses e

⁶ Nas palavras da autora: “Um padrão de domínio é denominado também de estamental [...] por agir de maneira a impedir o surgimento de novas formas de controle político institucionalizado” (Rezende, 2015, p. 43).

espanhóis. Como tal, é uma característica essencial, que evolui e se transforma com o tempo, *mas permanece imutável em sua essência, não deixando espaço para outras possibilidades* (Schwartzman, 2006, p. 1 – grifo nosso).

Nessa contenda⁷, Rezende defende a posição de que a interpretação do conceito de patrimonialismo feita por Faoro é histórica de longa duração. Contra-argumenta, portanto, a alegação (a-histórica), pois considera que a vigência do patrimonialismo nas práticas, valores e atitudes nos processos políticos do país⁸ não significou “que ao longo de todo o processo histórico não houve mudanças” (Rezende, 2015, p. 17), segundo a autora:

[...] o presente não é simplesmente o prolongamento do passado, mas contém, em sua constituição e desdobramentos, elementos que vão reciclando e avivando modos de operacionalizar a vida social e política. Dessa forma, os procedimentos não são antigos nem novos, eles são híbridos e possuem feições tanto novas quanto antigas (Rezende, 2015, p. 62).

Segundo Rezende, a abordagem feita por Faoro é de longa duração pois, o patrimonialismo tornou-se “[...] uma estrutura político-social que resistiu a todas as transformações fundamentais” (Faoro, 1989, p. 733 apud Rezende, 2015, p. 252). Nota-se que o embasamento da contra-argumentação esteve pautado no arcabouço teórico processual de Norbert Elias – entre outros intelectuais –, especialmente, ao analisar os

⁷ A discussão sobre a a-historicidade não se restringe à obra de Faoro. A apropriação dos conceitos weberianos por parte de Faoro traz, por conseguinte, críticas feitas à obra de Max Weber. Um dos nortes deste posicionamento, baseia-se na ideia de que: “(...) Foi Weber (...) quem viu a o mundo através do prisma da concepção unilinear, teleológica e eurocêntrica da história (...) Longe de levar a teoria social a superar as imperfeições do determinismo marxista, Weber a reduziu a uma teleologia pré-marxista, em que toda a história é um movimento no mais das vezes tendencioso em favor do capitalismo, em que o destino capitalista é sempre percebido nos movimentos da história, e em que as diferenças entre as várias formas sociais estão relacionadas aos modos particulares com que incentivam ou obstruem o movimento histórico único”(Wood, 2003, p. 129). Essa leitura do Weber e, por extensão, do Faoro, é possível, entretanto, são críticas fundadas muito mais nos escritos políticos de Max Weber, do que em seus textos metodológicos. Há possibilidades dessa leitura/estudo e a obra contribui significativamente para esse debate, mas aprofundá-lo só faria sentido se as concepções de ciência (epistemologia) de Faoro fossem o objetivo deste trabalho, o que não é o caso.

⁸ Prova disso são os traços estamentais identificados por Faoro que vinham se modificando ao longo do tempo, tais como, os do início da década de 1990 que se caracterizavam pelo “[...] o desprezo constitucional operado pelo presidente Collor que reforçava as características de um Estado burocrático patrimonial e potencializava um modo de agir, dos dirigentes, dissociado de qualquer interesse coletivo” (Rezende, 2015, p. 206).

processos de organização do poder, os *jogos configuracionais*⁹ e os padrões de organização social, para afirmar que: “registrar as persistências, os contínuos mesclados com as inovações, as interpretações entre o velho e o novo etc. não torna uma análise a-histórica” (Rezende, 2015, p. 269).

2.2 Além de *Os Donos do Poder*

A obra de Rezende desenvolve a análise dos materiais produzidos por Faoro nas décadas de 1980, 1990 e 2000, portanto, após a 2ª edição de *Os Donos do Poder*¹⁰, o que permite à autora uma interpretação histórica do posicionamento do autor que não se restringe à obra citada. Em *Os Donos do Poder*, por exemplo, Faoro adverte que as relações patrimonialistas estavam assentadas em um Estado forte e estruturado com o intuito de garantir privilégios e interesses. Entretanto, a obra de Rezende constata que Faoro já notava, nos anos após a abertura política, um aspecto significativo de fragilidade crescente do Estado.

Segundo Faoro, essa fragilidade caracterizava-se, entre outros aspectos, pelos novos traços estamentais que surgiram na década de 1990, entre eles: “[...] a supremacia do Executivo, a submissão do Judiciário e a fraqueza do Legislativo, [todos] expressão de uma oligarquização do poder correspondente a uma condição patrimonial” (Rezende, 2015, p. 206). No entanto, essa fragilização do Estado não afastava os métodos de ação política e eleitoral que continuavam a reproduzir um modo de agir patrimonialista.

⁹ “Por configuração entendemos o padrão mutável criado pelo conjunto dos jogadores – não só pelos seus intelectos, mas pelo que eles são no seu todo, a totalidade das suas ações nas relações que sustentam uns com os outros. Podemos ver que esta configuração forma um entrançado flexível de tensões. A interdependência dos jogadores, que é uma condição prévia para que formem uma configuração, pode ser uma interdependência de aliados ou de adversários. [...] No seio das configurações mutáveis – que constituem o próprio centro do processo de configuração – há um equilíbrio flutuante e elástico e um equilíbrio de poder, que se move para diante e para trás, inclinando-se primeiro para um lado e depois para o outro. Este tipo de equilíbrio flutuante é uma característica estrutural do fluxo de cada configuração” (Elias, 1999, p. 143 *apud* Rezende, 2015, p. 101-102).

¹⁰ “A obra *Os Donos do Poder* foi publicada pela primeira vez em 1958. Houve uma segunda edição, em 1975, totalmente reelaborada no que diz respeito tanto à dimensão quanto ao conteúdo. Ocorreu um aumento substantivo das reflexões que compunham a obra em vários pontos. As 271 páginas na primeira edição se transformaram em 766 na segunda. E por que um acréscimo tão expressivo de uma edição para outra? Faoro responde: ‘porque ninguém tinha entendido a primeira’ versão (Faoro, 2000 *apud* Rezende, 2015, p. 16).

A obra permite afirmar que houve, segundo Faoro, uma *adaptação canhestra*¹¹ do neoliberalismo no Brasil, da qual o processo de concessão econômica não afastou as práticas patrimonialistas. Pois, “no patrimonialismo tudo depende do Estado” e a economia torna-se, então, uma concessão, “[...] uma vantagem que você dá para alguém. Eu posso dar para outro. [...] [Isso] supõe um grupo político permanente para manipular essas coisas” (Faoro, 1995 *apud* Rezende, 2015, p. 210). Logo, a análise do processo de inserção dos procedimentos neoliberais na política brasileira só pôde ser verificada com o estudo dos materiais e da luta cotidiana de Raymundo Faoro nos anos 90.

Observa-se, portanto, a coerência de Raymundo Faoro acerca dos posicionamentos expostos em *Os Donos do Poder*, mesmo em meio a profundas mudanças no cenário político nas décadas que sucederam a segunda edição da sua obra mais famosa. Por fim, a obra de Maria de José de Rezende consegue acompanhar a ação política na prática cotidiana de Raymundo Faoro, o que possibilitou:

[...] empreender uma leitura dos acontecimentos sociais e políticos, no calor da hora dos acontecimentos, acabou por deixar um registro capaz de elucidar o encadeamento das ações que iam compondo as (im)possibilidades de rompimento com o padrão autoritário fortalecido pelo processamento da vida social e política dos anos anteriores (Rezende, 2015, p. 34).

3. Considerações Finais

Por tratar-se de uma coletânea de artigos há a sensação, durante a leitura da obra, de uma retomada constante sobre a tese patrimonialista desenvolvida por Faoro, especialmente, nos parágrafos iniciais de cada capítulo. Entretanto, essa sensação é resultado da própria análise processual, fundamento da contra-argumentação da a-historicidade de Faoro. Ou seja, retomar a crítica sobre o caráter autoritário, conservador e patrimonialista da política brasileira é parte da interpretação sócio-

¹¹ Neoliberalismo peculiar: “Segundo ele [Faoro], os dirigentes que avançaram sobre o aparelhamento estatal, a partir da eleição de 1989, operavam de modo a revelar uma forma canhestra de adaptação ao neoliberalismo. Ao mesmo tempo que os governantes diziam-se empenhados em aniquilar o Estado, eles também criavam inúmeras condições para a reprodução, em larga escala, de um capitalismo extremamente dependente do Estado. Ou seja, um capitalismo de concessões e subsídios” (Rezende, 2015, p. 227-28).

histórica de longa duração que Faoro realizou sobre a realidade brasileira e não mera repetição do que já foi dito.

Outrossim, o trabalho desenvolvido pela autora deixou claro que não se trata de uma projeção atualizada de *Os Donos do Poder* ou revisitação dos escritos de Faoro nas últimas décadas. Ao contrário, Maria José de Rezende trouxe à tona diálogos com diversos autores, enriquecendo a contribuição feita por Faoro e sugerindo, em alguns casos, críticas significativas ao jurista gaúcho como: i) a pretensão de Faoro em ignorar o passado de várias personalidades e incorporá-los na ação política para a democratização do país¹²; ii) a afirmação, por parte do Faoro, de que todos os brasileiros se beneficiavam do Estado durante o regime militar¹³; iii) o ganho substantivo de sensibilidade política dos brasileiros na década de 1990¹⁴ - entre outras.

Por fim, a obra de Rezende permite não só analisar os anos de transição e abertura política à ótica de Raymundo Faoro, mas, sobretudo, demonstrar que os procedimentos não democráticos que balizaram o processo de transição, continuam presentes no cenário político nacional, seja na sobreposição dos interesses privados aos interesses coletivos, seja no rechaçamento da participação popular na vida política nacional.

Referências Bibliográficas:

¹² Segundo a autora: “Verifica-se que Faoro tinha uma visão passível de muitas críticas no que diz respeito ao modo de incorporar, na ação política de democratização, algumas personalidades duvidosas quanto ao seu real compromisso com os valores democráticos. Tinha-se a impressão de que ele pretendia que se instaurasse um processo político em que fosse possível reunir todos que, por quaisquer razões, estivessem dispostos a defender a democracia. Ele parecia sentir-se pouco à vontade em questionar se tais posturas eram ou não posturas de fachada. Ou melhor, para ele, naquele momento, não havia necessidade de se ater às incoerências de cada um. Ele fazia, até mesmo, a seguinte afirmação: ‘vamos riscar o passado de todos. O passado não é um dado para a ação política’ [...]. Isso soava discordante de suas principais posturas e posições em defesa da democracia” (Rezende, 2015, p. 34).

¹³ Nas palavras de Rezende (2015, p. 96): “Do modo como as coisas estão colocadas, fica-se com a impressão de que todo cidadão brasileiro alimentava-se de benefícios, subsídios, ajudas exorbitantes etc. do Estado, quando havia, durante a ditadura militar, somente alguns segmentos preponderantes que se beneficiavam, realmente, de muitas benesses do poder público, mas isso não se aplicou, em momento algum, ao cidadão em geral. A maioria da população brasileira nunca conseguiu fazer com que suas demandas por saúde, educação, habitação, saneamento balizassem as ações governamentais”.

¹⁴ Conforme M.J. de Rezende (2015, p. 236): “Note-se, no entanto, que eram expressivamente frágeis as constatações de Faoro acerca da significativa melhora da sensibilidade política da população em geral. Era exagerada a afirmação de Faoro, em *A morte suspeita* (1999a), de que, para o povo, ‘o presidente, que foi sempre uma figura decorativa, própria para os desfiles nas passarelas políticas internacionais e às entrevistas fáceis e apagadas, converteu-se num fantasma’[...] Teria mesmo o presidente se convertido num fantasma para a maioria da população? [...] Ganhava relevância em algumas falas de Faoro, mas não em todas evidentemente, a existência de uma suposta sensibilidade política dos brasileiros que não se confirmava nos momentos em que essa população ia às urnas, por exemplo. Dizer que os eleitores tinham clareza de terem votado em alguém que ‘pertenc(ia) ao espetáculo da fantasmagoria’ [...] era um pouco exagerado e destoante das dificuldades de organização política da maioria da população do país”.

BAHIA, P. Raymundo Faoro: o embaixador da cidadania. Disponível em: <Www.achegas.net/numero/dez/bahiafaoro10.htm> Acesso em: 22 out. 2003.

CELLARD, André. A análise documental, p.295-316, in: POUPART, Jean *et al* (orgs.) *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2012.

GOMES, Marcelo Bolshaw. *Hermenêutica, Teoria Política e Imagem Pública*. Trabalho apresentado no 1º Congresso da COMPOL (Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação e Política), UFBA, 2006. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-bolshaw-politica.pdf>>. Acesso em: 11 de abr. de 2017.

MAY, Tim. *Pesquisa social: questões, métodos e processo*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

POCHMANN, M. *et al.* (comp.). *Proprietários, concentração e continuidade*. (Atlas da nova estratificação social no Brasil; v. 3). São Paulo: Cortez. 2009.

SCHWARTZMAN, S. *Nota sobre o patrimonialismo e a dimensão pública na formação da América Latina contemporânea*. 2006, 8 pgs. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/patrimonialismo06.pdf>>. Acesso em: 13 de abr. de 2017.

THOMPSON, John B. *Ideologia e Cultura Moderna – teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1999.

WOOD, Ellen M. *História ou teleologia? Marx X Weber*, in *Democracia contra Capitalismo*, s. Paulo: Boitempo, 2003, p. 129.

Recebido em 17-04-2017;
Revisado em 27-06-2017;
Publicação em 04-05-2018.